

**FACULDADE DO PARÁ - FAP  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MBA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**ROSA MARIA DA SILVAGOMES**

**PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA E INTERVENÇÃO ASSISTIDA:  
ESTUDO COMPARATIVO DAS INICIATIVAS EM FAVOR DA MULHER E  
DA CRIANÇA ASSISTIDAS PELO PROGRAMA “MARIA-MARIA” NO  
MUNICÍPIO DE VIGIA-PARÁ/2005.**

Belém-Pará  
2005

**ROSA MARIA DA SILVA GOMES**

**PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA E INTERVENÇÃO ASSISTIDA:  
ESTUDO COMPARATIVO DAS INICIATIVAS EM FAVOR DA MULHER E  
DA CRIANÇA ASSISTIDAS PELO PROGRAMA “MARIA-MARIA” NO  
MUNICÍPIO DE VIGIA-PARÁ/2005.**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Faculdade do Estado do Pará para a obtenção do certificado de Especialização MBA em Economia Solidária e Micro Créditos Populares, orientadora pela Prof<sup>ª</sup>. Msc. Maria Betânia Fidalgo e pelo Prof<sup>º</sup> Ep. João Cláudio Arroyo.

Belém-Pará  
2005

Avaliado por: \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **DEDICATÓRIA**

A todos aqueles que de forma direta ou indireta colaboraram para a consecução deste objetivo em minha vida, principalmente ao meu dileto neto Arthur Henrique e a meu companheiro Dorival, motivo de todos os meus esforços, ofereço esta Monografia como registro de todo meu amor e respeito.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente a Deus pela oportunidade que me concedeu.

À Dra. Mônica Coutinho pelo apoio, as minhas filhas Sâmia e Samile pelos incentivos diários.

Ao meu chefe Dr. Rui Carvalho, pela compreensão a mim dispensada.

À Prof<sup>a</sup> Betânia Fidalgo o meu respeito e admiração por tudo que me foi oferecido em termos de conhecimento científico e orientação acadêmica.

À coordenação do curso de especialização MBA em Economia Solidária e Micro Créditos Populares.

Ao corpo docente da FAP pela dedicação e atenção, imprescindíveis na transmissão dos conhecimentos.

Enfim, a todos aquele que se interessam por Projetos Sociais como um dos poucos caminhos para a Justiça Social neste país.

O meu muito obrigado!

“É importante você acreditar que vencerá. Aquilo que você desenha fortemente na mente, acaba acontecendo. Equilibre sua mente. Quem luta e serve confiante na vitória, constrói a embarcação segura em que navegará amanhã”.

*Francisco Cândido Xavier*

GOMES, Rosa Maira da Silva. **Participação solidária e intervenção assistida: estudo comparativo das iniciativas em favor da mulher e da criança assistidas pelo Programa “Maria-Maria” no Município de Vigia-Pará/2005.** 50 f. Monografia (Especialização MBA em Economia Solidária e Micro Créditos Populares) - Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Faculdade do Estado do Pará, Belém.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um estudo comparativo das ações implementadas em favor da mulher gestante e de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos desnutridas e assistidas pelo Programa “Maria-Maria” na cidade de Vigia - Região Nordeste do estado do Pará. Os dados que embasaram o levantamento sócio-econômico da área de estudo tiveram duas fontes: o anuário estatístico do IBGE e uma pesquisa quantitativa realizada com a aplicação de questionário de perguntas e respostas objetivas junto a 38 famílias daquele Município. Os resultados coletados, após classificação e tabulação mostraram ser urgente a implantação de programas sociais voltados ao combate da miséria e à geração de emprego e renda. Sucessivamente, foram analisadas as ações implementadas em favor desses segmentos empobrecidos da sociedade local (mulheres gestantes e crianças de 0 a 5 anos desnutridas) no sentido de comparar até que ponto as ações interventoras refletem os problemas vivenciadas pela comunidade, o grau de envolvimento da comunidade com as medidas corretivas e em que nível a decisão de ação é solidária, isto é, até que ponto reflete o envolvimento da comunidade como um todo. Esperamos que o presente estudo sirva como referencial para pesquisas futuras sobre a importância de projetos sociais de base participativa.

**Palavras-chave:** economia solidária, programas sociais, desnutrição, gestão participativa.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS  
LISTA DE TABELAS  
LISTA DE GRÁFICOS

PARTE I

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
---------------------------	----

PARTE II

<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b>	
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS EXCLUSÃO SOCIAL: UM CAMINHO POSSÍVEL? .....	17
2.2 O AGRONEGÓCIO COMO ALTERNATIVA ÀS COMUNIDADES CARENTES .....	18
2.3 MUDANÇA PARTICIPATIVA .....	19
2.4 O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE .....	20

PARTE III

<b>3 O PROGRAMA “MARIA-MARIA”</b> .....	23
3.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS .....	24
3.2 OBJETIVOS .....	24
3.3 META .....	25
3.4 PÚBLICO ALVO .....	25
3.5 ÁREAS DE ABRANGÊNCIA .....	25
3.6 ESTRATÉGIAS .....	26
3.7 METODOLOGIA .....	26
3.8 OPERACIONALIZAÇÃO .....	27
<b>3.8.1 Portal da Vida</b> .....	27
<b>3.8.2 Farol da Vida</b> .....	29
<b>3.8.3 Cartão de Identificação</b> .....	30
<b>3.8.4 Selo de Qualificação</b> .....	31
<b>3.8.5 Visitas institucionais</b> .....	31
<b>3.8.6 Acompanhamento do atendimento</b> .....	31
<b>3.8.7 Reuniões de trabalho e encaminhamento de rotina</b> .....	31
<b>3.8.8 Divulgação</b> .....	32
3.9 AÇÕES POR ÁREA DE ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	32

PARTE IV

<b>4 O PROGRAMA “MARIA-MARIA” E AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE</b> .....	35
4.1 INSTRUMENTOS USADOS NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE GLOBAL DA COMUNIDADE .....	35
<b>4.1.1 Caracterização do campo de estudo</b> .....	36
4.1.1.1 Breve histórico do Município de Vigia .....	36
4.1.1.2 Localização .....	37
4.1.1.3 Aspectos econômicos .....	37
4.1.1.4 Indicadores sócio-econômicos .....	38
<b>4.1.2 Resultados da pesquisa de campo</b> .....	38

4.1.2.1	Características sócio-econômicas das famílias entrevistadas ..	38
4.1.2.1.1	Origem dos moradores .....	38
4.1.2.1.2	Composição das famílias pesquisadas .....	38
4.1.2.1.3	Caracterização das moradias .....	39
4.1.2.1.4	Água potável .....	40
4.1.2.1.5	Destino do lixo .....	41
4.1.2.1.6	Rede de esgoto sanitário .....	41
4.1.2.1.7	Energia elétrica .....	41
4.1.2.1.8	Membros da família economicamente ativos com ocupação .....	42
4.1.2.1.9	Composição da renda familiar .....	42
4.1.2.1.10	Capacitação profissional .....	43
4.2	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE IDENTIFICADAS NO PROGRAMA “MARIA-MARIA” .....	43
4.2.1	<b>Desenvolvimento das atividades</b> .....	44
4.3	ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS EM PARCERIA COM A COMUNIDADE ENVOLVIDA .....	48
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
6	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Gestantes assistidas pelo Programa “Maria-Maria” em atividade grupal .....	24
Figura 2 Localização geográfica do Município de Vigia no estado do Pará .....	37

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Arquivo de Problemas .....	45
Tabela 2	Programa “Maria-Maria”: atividades selecionadas em Vigia/2005 .....	47
Tabela 3	Percepção do direito aos serviços prestados pelos projetos .....	48
Tabela 4	Posição dos beneficiários quanto às possíveis falhas dos serviços .....	48
Tabela 5	Grau de associativismo dos indivíduos beneficiados .....	48
Tabela 6	Grau de conhecimento do que seja cidadania .....	48
Tabela 7	Dados referentes ao Programa “Maria-Maria” em localidades com as mesmas características do município de Vigia .....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Caracterização das moradias .....	39
Gráfico 2	Tipo de moradia .....	39
Gráfico 3	Tempo de residência .....	40
Gráfico 4	Tratamento da água .....	40
Gráfico 5	Tipo de abastecimento de água .....	40
Gráfico 6	Destino do lixo .....	41
Gráfico 7	Destino do esgoto sanitário .....	41
Gráfico 8	Energia elétrica .....	42
Gráfico 9	Pessoas ocupadas .....	42
Gráfico 10	Renda familiar .....	43
Gráfico 11	Capacitação profissional .....	43

## **PARTE I**

### **1 INTRODUÇÃO**

Desde a mais tenra idade o homem sempre sentiu necessidade de se organizar em grupo para garantir a própria sobrevivência. Nessa época, o instinto predominante era unicamente da luta pela vida. Com o passar do tempo e a complexidade das relações sociais novas formas de convivência grupal cuja a base era econômica foram instituídas. Na Grécia antiga as relações de produção baseadas no trabalho escravo e na servidão determinavam as classes e os privilégios concedidos. Entre os séculos XIV e XVII o feudalismo foi a base do modo de produção e das relações sociais. No final do século XVIII e início do século XIX o surgimento do capitalismo delimitou uma nova fase nos modos de produção e no papel desempenhado pela classe operária na acumulação de riquezas. Este quadro se intensificou até os dias atuais tendo o capitalismo enfrentado uma de suas piores crises.

Se anteriormente, a base da economia era essencialmente centrada na “troca” onde a lógica se dava pela identificação de objetivos comuns ou complementares de ambos os lados, porém cuja a essência era a melhoria da qualidade de vida segundo as referências das partes envolvidas, a motivação original da interação econômica – a solidariedade – sofreu distorções, na medida em que as relações humanas deixaram de ser livres para se basearem em condições de dominação, obrigando uma das partes a uma condição sem o direito de escolha. No âmbito das economias excludentes a hegemonia se deu por complexas situações de dominação, o principal capital é a credibilidade, em função de quase sempre se tratar de mercados concorrenciais, em detrimento dos interesses de milhares de pessoas lançadas à margem da pobreza absoluta e de todo processo de desenvolvimento econômico e social, que sobrevivem em condições incompatíveis aos padrões de dignidade humana.

As políticas públicas desenvolvidas em âmbito mundial têm dificultado, e até mesmo impedido, o acesso dessas pessoas às condições sócio-econômicas básicas.

Por sua vez, os modelos macroeconômicos que defendem ser de exclusiva responsabilidade dos Estados Nacionais a garantia de pleno emprego e de políticas de geração de renda para grandes contingentes populacionais perderam sua sustentabilidade.

A redução do ritmo de crescimento econômico em níveis mundiais delinea um quadro em que a equação trabalho-emprego-renda está colocada em questão, porque se apresenta como única alternativa à atividade produtiva de grandes massas de indivíduos.

Os países espelham essa situação global, traduzido por suas especificidades nacionais, mantendo consideráveis contingentes populacionais excluídos do acesso às condições de vida, da produção e de consumo satisfatórios.

Por outro lado, entende-se hoje que a pobreza ou a precariedade de condições de vida, quando estendidas a vastos setores da população, torna-se um projeto de custo altíssimo para qualquer país. Recursos consideráveis precisam ser aplicados em políticas públicas que não se revertem em benefícios para a nação, por estarem dirigidos a setores com baixíssimo grau de inserção no tecido social e aliados a igualmente baixos níveis de produção e consumo.

Ante esse cenário, no início da década de 80 do século XX, uma diversidade de práticas econômicas populares surgiu em reação à problemática do desemprego e como forma de combate à exclusão social de milhares de pessoas. Esse movimento, conhecido como de economia solidária sob a forma de associações de trabalho voluntário, cooperativas e programas de economia popular, diferentes em sua essência das políticas assistencialistas e filantrópicas instituídas na esfera governamental, se fundamentava no entendimento de que o acesso às condições básicas de cidadania deve se dar a partir da reinserção das populações na mesma sociedade que os excluiu – quer pela falta de escolha, ou mesmo pelo desconhecimento de seus direitos. Neste sentido, os movimentos de economia solidária traduzem uma forma de produção desvinculada dos ideais do capitalismo por privilegiar a questão humana nas relações sociais. Se a lógica capitalista defendia a supremacia do capital e sua reprodução via exploração desumana da mão-de-obra assalariada, os programas de economia popular solidária simbolizam a semente de um processo de transformação social e econômica que privilegia certos valores como solidariedade, cooperação e respeito pela natureza e pela própria humanidade, sobrepujando os preceitos defendidos pelo liberalismo econômico.

Sob esse prisma, os programas instituídos no âmbito da sociedade civil e do governo tiveram conotação mundial espalhando-se pelos diversos cantos do planeta, possibilitando a ação solidária e voluntária em diversas cidades, sobretudo nos Municípios brasileiros que optaram por investir na organização comunitária e na busca de soluções locais para os problemas vivenciados. Estas soluções objetivam a melhoria da qualidade de vida das comunidades consideradas carentes, além de contribuir para a disseminação e consolidação da intervenção comunitária.

Dentre as várias modalidades de atuação destacam-se os programas de governo do Estado do Pará, coordenados pela Secretaria Especial de Proteção Social do Estado do Pará – SEEPS, tais como o Programa “Maria-Maria”, criado em dezembro de 2000 e atualmente

presente em oito Municípios da região. A condução do programa se dá através de dois grupos dinamizadores: a Secretaria Executiva de Saúde do Estado do Pará – SESPA e a Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social – SETEPS, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e a Secretaria Executiva de Agricultura – SAGRI, em convênio com vários Municípios do Estado do Pará.

O Programa “Maria-Maria”, tem a proposta de executar, entre outras, ações sócio-educativas para famílias que se encontram em condições sub-humanas de existência, mais precisamente, mulheres gestantes e crianças de 0 e 5 anos desnutridas, identificadas através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência dos Municípios participantes, com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH inferior a 1 (OMS), através da exploração das vocações e potencialidades locais.

Em 2004, ano de implantação do “Maria-Maria” no Município de Vigia, situado no Nordeste do estado do Pará, a participação conjunta de moradores, associações, instituições governamentais e não governamentais foi fundamental para a criação de elos solidários que garantiram a definição das atividades contempladas pelo Programa. A partir dessa definição, são implementadas atividades de integração do Programa “Maria-Maria” com a comunidade pertencente à zona urbana daquele Município, quer seja através da prestação de serviços, captação de recursos financeiros, articulação dos processos de organização comunitária, repasse de conhecimentos técnicos, elaboração de projetos ou através da oferta de cursos sobre educação básica ou para saúde, sendo várias as metodologias utilizadas para a consecução das atividades propostas.

Porém, referir-se as ações do “Maria-Maria” enquanto Programa prestador de atividades sociais para a implementação e execução de políticas públicas no Nordeste do estado do Pará, implica considerar, de saída, a diversidade de cada Município que o integram em termos de realidade local, indicadores sociais e econômicos.

Em função desse quadro, torna-se impossível referir-se genericamente aos Municípios sem reconhecer a imensa heterogeneidade que os caracteriza, bem como a diversidade e as disparidades em termos de qualidade de vida das populações locais, mesmo se tratando de uma região. Contudo, é possível identificar a partir das diferentes fontes de dados disponíveis, como por exemplo, indicadores de infra-estrutura dos serviços, indicadores sociais e econômicos, as tendências e peculiaridades de cada Município que lhes definem perfis e perspectivas de desenvolvimento.

No âmbito do Programa “Maria-Maria” a implementação das ações comunitárias tem como marco inicial à participação voluntária e assistida, implicando em um novo arranjo

organizativo, com gestão co-participativa em cada uma das áreas do Programa e forte impacto social nas comunidades envolvidas, sobretudo quando a iniciativa privada passa a articular as ações complementares necessárias a sua inserção no programa.

Porém, face o tempo de atuação e o estágio em que se encontra o Programa “Maria-Maria” naquele Município, além do fato de que mesmo tendo a SEEPS enfatizado entre seus objetivos a necessidade de acompanhamento e avaliação permanente, observamos, na prática, que não há um monitoramento técnico sistemático desses programas comprometendo a continuidade dos mesmos e gerando apenas “expectativa” nas comunidades envolvidas, o que sugere a realização de um levantamento preliminar das atividades implementadas nas localidades escolhidas (Bairros de Sol Nascente, Vila Nova e Turjal), pertencentes à zona urbana do Município de Vigia, no sentido de se identificar:

- a) qual a relação existente entre as propostas de intervenção e os problemas vivenciados pela comunidade encampada? As propostas de intervenção na realidade refletem os problemas compartilhados pela comunidade?
- b) em que medida as propostas de ação interventora podem acarretar mudanças significativas na realidade atual das comunidades participantes do Programa “Maria-Maria”?
- c) como os grupos solidários (comunidade envolvida) atuam na operacionalização dessas ações?

O presente trabalho tem por objetivo geral avaliar a atuação do Programa “Maria-Maria” no Município de Vigia, especificamente nas ações dirigidas à mulheres gestantes e crianças na faixa etária de 0 a 5 anos desnutridas.

Para a concretização desse intento, a nível específico, o estudo objetiva realizar o levantamento das ações interventoras, enfatizando a necessidade do planejamento participativo como instrumento para promover a organização comunitária e a criação de vínculos solidários voltados à geração de emprego, renda e o combate da exclusão social de famílias carentes da região.

Num primeiro momento, foram utilizados os dados censitários do IBGE (2002) e uma pesquisa quantitativa realizada *in loco* no sentido de levantar as peculiaridades do Município de Vigia (Zona Urbana), assim como o perfil sócio-econômico das famílias que residem nos bairros contemplados pelo Portal da Vida.

Em seguida, foi realizado o levantamento sistemático das atividades contempladas especificamente direcionadas ao atendimento de mulheres gestantes e crianças desnutridas (faixa etária de 0 a 5 anos).

## **PARTE II**

### **2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

#### **2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS EXCLUSÃO SOCIAL: UM CAMINHO POSSÍVEL?**

Na penúltima década do século XX, uma diversidade de práticas econômicas populares e socialmente necessárias ressurgiu em resposta à grave crise econômica e de mercado de trabalho, abrangendo as esferas social, política e econômica. Todavia, nunca seu significado ganhou tanta importância como na economia, por simbolizar a própria motivação original dessa interação econômica.

A economia solidária ressurge hoje como o resgate da luta histórica dos trabalhadores em defesa da dignidade e contra a exploração do trabalho, propondo a superação ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza. Sem dúvida, ela representa uma tendência que se coloca “em sentido inverso” à economia contemporânea porque é oposta aos princípios básicos do capitalismo, o sistema de produção que toma conta da maioria das relações econômicas e ao qual a sociedade está condicionada.

O fato do modo de produção capitalista não ser totalitário ainda nos dias de hoje não se dá somente pela constatação de certos indivíduos optarem por outros modos de produção, mas também porque é grande e crescente o número de excluídos. O capitalismo não absorve toda a oferta de mão de obra mantendo uma grande quantidade de trabalhadores de reserva. Este fato tem por base dois princípios objetivos: manter a flexibilidade do mercado de trabalho e o baixo nível dos salários. Com certeza, não traz nenhuma consequência positiva em parâmetros sociais fazendo do desemprego uma das maiores chagas deste início de século.

Existem hoje várias formas adotadas pelos modos de produção não-capitalistas sendo comum certa confusão entre as nomenclaturas adotadas. A própria economia solidária é confundida com a economia informal. Todavia, a economia informal pode ou não se transformar em economia popular (Razeto, 1993: p.13).

Por outro lado, a economia solidária retrata uma visão mais ampla, traduzindo uma opção que o indivíduo faz por um modo de vida, pois refaz um projeto para a sociedade com valores novos e distintos dos até então apresentados.

Para Laville,

(...) a “economia solidária” é o conjunto de atividades econômicas cuja lógica distingue-se tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Àquele, tem como principal foco o capital a ser acumulado cuja funcionalidade se dá a partir de relações de competição objetivando o alcance de interesses individuais. Por outro lado, a economia solidária estrutura-se não com o capital em si, mas a partir de fatores humanos favorecendo as relações via valorização dos laços sociais através da reciprocidade e da adoção de formas coletivas de propriedade: recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (financiamento híbrido: estático, receitas autogeridas e contribuições voluntárias). Segundo ainda o mesmo autor, a economia solidária apresenta uma nítida diferença que a distancia da forma de atuação do Estado por não se submeter ao poder centralizador e institucional presentes na economia intervencionista (Laville, 1994: p.211).

Os programas de economia solidária devem se apresentar como matéria de domínio público por sua forte tendência intrínseca de solidariedade recíproca.

## **2.2 O AGRONEGÓCIO COMO ALTERNATIVA ÀS COMUNIDADES CARENTES**

Um dos segmentos da atividade produtiva que tem sido explorado nos programas de economia solidária para a geração de emprego e renda é o agronegócio em pequena escala. O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas no campo nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos *in natura* e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade integrada aos setores ligados nas comunidades situadas à margem das oportunidades dos negócios tradicionalmente conhecidos. Aqui, apesar da reconhecida importância, não se pretende descrever o *agribusiness* como uma atividade integrada aos setores industriais (Complexos Industriais) e de serviços. Nossa intenção restringe-se apenas mencionar a importância dessa prática econômica nos programas de economia solidária. A compreensão desta nova realidade foi difundida a partir da constatação de que o setor rural tem sido responsável pelo aparecimento de um número significativo de associações solidárias que atuam com experiências autogestionárias, mesmo que a sua disseminação em todo o território nacional ainda não seja incluída no cômputo da riqueza gerada e produzida pelo país e nem tão pouco se conheça algo de concreto sobre seus impactos em outros setores da economia.

No ano de 1957, Davis & Golberg, em Boston/USA, mais precisamente na Universidade de Harvard, mostraram que havia uma inter-relação direta entre o processo de produção agropecuário e o mundo dos negócios, apresentando a primeira referência conceitual de agronegócio como sendo “o conjunto das operações de manufatura e distribuição de insumos para a unidade de produção rural, as operações de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos rurais e de seus sub-produtos”.

Nessa perspectiva, o agronegócio se apresenta como uma alternativa ao associativismo solidário para solucionar dificuldades que se relacionam com a baixa qualificação profissional, consumo próprio de alimentos, geração de emprego e renda, integrando o homem às peculiaridades de sua região. Assim as práticas econômicas ligadas ao campo, podem atuar de forma integrada no desenvolvimento conjunto de atividades produtivas e de trabalho comunitário direcionado não apenas à economia de subsistência, mas também a geração de renda.

O ato de cooperar caracteriza-se como uma atitude materializada na ação de construir em conjunto com as atividades, capazes de gerar melhores condições de vida e renda para os seus associados atentando para os problemas locais e as peculiaridades de cada região.

A cooperação, em sua essência, deve ser materializada nos princípios e métodos do cooperativismo, cuja composição deve acompanhar o que se segue: (1) a adesão voluntária e livre; (2) a gestão democrática pelos membros; (3) a participação econômica dos membros; (4) a autonomia e independência; (5) a educação, a formação e a informação; (6) a intercooperação; e (7) o interesse pela comunidade.

Com base nesses princípios, os grupos sociais que se propunham a desenvolvê-los, poderiam ser considerados grupos solidários, onde se inserem dentre outros, as associações e as cooperativas. Qualquer dessas formas, se trabalhadas num processo educacional adequado, poderiam ser perfeitamente adotadas pelo Programa “Maria-Maria”:

As cooperativas são sociedades de pessoas, não de capital, com finalidades econômico-sociais, organizadas para prestar serviços aos seus componentes. Embora não tenham lucro como finalidade, buscam o lucro para seus associados (AQUINO, 1998: p.49).

Constata-se que a organização de uma associação solidária busca soluções a partir de ações coletivas via existência de um elo recíproco e perene que se difunde entre os integrantes. Esta percepção remete-nos a caracterização dos grupos solidários como de gestão participativa.

### **2.3 MUDANÇA PARTICIPATIVA**

A ação participativa de grupos solidários é outro ponto crucial no processo. A participação em associações solidárias só é possível no âmbito da vivência grupal. A meditação comunitária da prática participativa estabelece o instante inicial e propagador do processo educativo. Segundo Gutiérrez a educação é uma ação transformadora e consciente que supõe dois momentos inseparáveis: o da reflexão e o da ação (Gutiérrez, 1993: p.29). Dessa forma, subentende-se que ao refletir sobre casos concretos relativos a problemática

organizativa e produtiva do cotidiano, a comunidade encontrará as soluções gestonárias mais plausíveis para o problema. Esta participação conduz à gestão, pelos próprios interessados, tanto do processo produtivo como no processo organizacional.

Na aprendizagem da participação, o aprendiz fica sabendo como detectar tentativas de manipulação bem como distinguir a verdadeira participação da simples consulta ao povo (Bordenave, 1994: p.73).

A comunidade não deve apenas esperar pelo assistencialismo estatal, mas reivindicar seus direitos procurando apontar alternativas próprias para os problemas que atormentam os seus membros. Da mesma forma o Estado precisa superar o espírito paternalista que o caracteriza visto que suas ações, na maioria das vezes, não resolvem definitivamente o problema.

A ação deve ter um caráter instrumental para que as próprias famílias possuam e dominem os conhecimentos, habilidades e atitudes que lhes permitam assumir a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento de forma autogestionária e autodependente (Lacki, 1996: p.155).

## **2.4 O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE**

Um dos principais instrumentos para o trabalho comunitário é o planejamento participativo. Uma tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para a intervenção da realidade com filosofia própria, conceitos, modelos, técnicas e instrumentos também específicos.

O planejamento participativo foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não tem como primeira tarefa ou missão o lucro, a competição e a sobrevivência, mas contribuir para a construção da realidade social. Ante a crise do sistema capitalista as organizações, inclusive governamentais, dispunham de ferramentas insuficientes e que se tornaram obsoletas para organizar seus processos de ação interventora na realidade. O planejamento participativo recriou essa prática ao partir da verificação de que não existe participação efetiva na sociedade, isto é, que há pessoas e grupos dentro dela que não usufrui de toda a riqueza produzida e gerada no seio social, assim como de que isto é consequência da organização estrutural injusta desta mesma sociedade. Como consequência disso, o planejamento participativo constrói um conjunto de conceitos, modelos, técnicas e

instrumentos que permitem utilizar processos científicos e ideológicos e organizar a participação para intervir na realidade, na direção conjuntamente estabelecida.

Porém, ele não acontece por acaso, é o resultado da ação interventora do trabalho humano visando a alteração de uma determinada realidade, através do alcance de objetivos pré-estabelecidos.

À medida que uma realidade econômica progride no sentido oposto aos interesses coletivos, surgem precedentes à ação interventora na própria realidade buscando-se a inserção nela ou a alteração de seus rumos.

Todavia, é preciso entender que o planejamento só tem razão para existir quando uma comunidade imagina uma situação desejada que, por ser diferente da atual, exige a construção de uma “ponte” entre as duas. Para cruzá-la, as pessoas envolvidas precisam acreditar que essa travessia justifica o abandono do *status* atual em busca de um adicional compensador. A única forma de gerar tal confiança nos participantes é envolvendo-os na construção e concepção dessa ponte.

A operacionalização dessa prática só é possível através de debates e exercícios que auxiliam a ampla percepção da realidade vivenciada, analisando-se um problema central e as propostas para solucioná-lo, o que resulta na elaboração de um plano de ação para combatê-lo. A participação conjunta dos moradores, centros comunitários, instituições governamentais e não governamentais cria elos que promovem compromissos sociais capazes de estabelecer novos laços e responsabilidades recíprocas embasadas na ética e no respeito mútuo.

Assim, planejar significa analisar uma situação concreta em sua totalidade, assumindo uma postura de antecipação e prospecção do comportamento de variáveis em cenários futuros.

O planejamento aumenta nossa compreensão do trabalho a ser realizado, permite ver sua complexidade e suas dependências. Também é facilitador da comunicação grupal, pois mostra o papel de cada um dos atores envolvidos no processo, o que cada um pensa e qual será o modo de ação gerando, assim, compromissos e responsabilidades mútuas. (Santos, 2001: p.23)

Segundo Demo, são três os componentes básicos do Planejamento Participativo:

1) formação da consciência crítica e auto-crítica na comunidade, através da qual se elabora o conhecimento adequado dos problemas que afetam o grupo. A comunidade formula, com seu saber e em consórcio com o saber técnico um posicionamento crítico diante da realidade;

- 2) dentro de um contexto planejado e em comum identifica e prioriza os problemas, formula estratégias concretas de seu enfrentamento e encontra caminhos alternativos e propostas de negociação;
- 3) a organização do grupo é a estratégia para os dois passos anteriores (Demo, 1996: p.45).

Diante deste enfoque participativo, iniciamos o estudo analisando a atuação do Programa “Maria-Maria”.

## **PARTE III**

### **3 O PROGRAMA “MARIA-MARIA”**

O termo “desnutrição” é usado para descrever uma síndrome pluricarêncial caracterizada pelo déficit de peso e atraso no crescimento, causada por uma variedade de fatores inter-relacionados, quase sempre associados à pobreza.

A população exposta a este agravo, segundo estudos da área social, é conseqüência da exclusão social, fenômeno histórico, expressão material da pobreza imposta pelas variadas e contínuas privações sociais. A privação afetiva é também observada como fator preponderante da cadeia multicausal da desnutrição.

No Estado do Pará, em 2000, segundo o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) 39,19 % das crianças menores de 5 anos encontravam-se em risco nutricional e desnutridas e 36,05 % das mulheres grávidas estavam com baixo peso e em risco de desnutrição.

Tais indicadores eram muito significativos, principalmente quando considerada a posição geográfica do Estado, recortado por rios e afluentes adornados por extensa vegetação, o que lhe confere a característica de detentor de imensos recursos naturais, principalmente àqueles que se referem à flora e à fauna. Diante de tamanha controvérsia entre a desnutrição encontrada e a riqueza existente, se materializou também a proposta do Programa “Maria-Maria”.

O Programa Maria-Maria, criado em dezembro de 2000 e coordenado pela Secretaria Especial de Proteção Social (SEEPS), está voltado ao atendimento integral de mulheres grávidas com baixo peso, crianças desnutridas e suas mães com ações intersetoriais, multidisciplinares, integradas nas diversas áreas como saúde, educação, assistência, trabalho, renda e produção, assim como ao incentivo dos assistidos em desenvolver auto-respeito saudável, desencadeando um processo de mudança, partindo do individual para o coletivo, que refletem na organização da rede de serviços e no perfil epidemiológico e social da população do estado do Pará.

O programa foi dividido em três etapas que envolveram as unidades de saúde e centros comunitários dos Municípios. A primeira delas destinou-se à inserção de crianças e gestantes num contexto de inclusão social. Essas pessoas tiveram uma história de exclusão

perversa, sem acesso aos serviços públicos. Por isso, o primeiro passo foi o de reverter esse quadro.

O segundo passo está voltado à articulação de políticas de proteção e promoção social com a inclusão das mães e das crianças em serviços educacionais e, por fim, desenvolver atividades de emancipação social com a geração de emprego e renda por meio de cursos de qualificação e capacitação para as mães atendidas (Figura 2).

Figura 1 Gestantes assistidas pelo Programa “Maria-Maria” em atividade grupal



Fonte: Portal “Teia da Vida”, 2005.

### 3.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS

O Programa “Maria-Maria” tem como princípios básicos:

- a) a participação efetiva da comunidade;
- b) o fortalecimento da integração das ações de governo que apresentam forte interdependência;
- c) a acessibilidade aos serviços públicos nas áreas mobilizadas.

### 3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do Programa “Maria-Maria” é reduzir a prevalência da desnutrição nas mulheres grávidas e crianças de 0 a 5 anos.

Os objetivos específicos do Programa “Maria-Maria” são:

- a) identificar o número de mulheres grávidas e de crianças desnutridas que estão tendo acesso aos serviços públicos, bem como aquelas que não estão;
- b) facilitar o processo de inserção social, previsto na LOAS, de mulheres grávidas e crianças desnutridas;
- c) promover a qualificação dos recursos humanos executores dos serviços nos Municípios para atuarem como Agentes de Transformação Social (Artífices);
- d) estimular a organização comunitária, dotando-as de condições de auto-gestão;

- e) promover o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Programas de Atenção à Mulher e à Criança que são oferecidos ao público alvo do Programa “Maria-Maria”;
- f) promover a participação da sociedade civil organizada, na operacionalização do Programa “Maria-Maria”;
- g) subsidiar planos de ação voltados para a redução de agravos relacionados à desnutrição gestacional e infantil;
- h) apoiar a abertura e o fortalecimento de espaços comunitários, para servirem de Faróis da Vida, como referência para difundir as informações e identificação do desnutrido, bem como os elementos afetos a desnutrição materno-infantil.

### **3.3 META**

O Programa “Maria-Maria” tem como principal meta recuperar, promover e proteger 13.290 crianças de 0 a 5 anos e 8.811 mulheres grávidas, desnutridas e em risco nutricional nos Municípios de abrangência do Programa. Até o final do ano passado o Programa já tinha atendido 3.344 crianças de 0 a 5 anos e 477 gestantes desnutridas.

### **3.4 PÚBLICO ALVO**

O público alvo do Programa “Maria-Maria” são mulheres grávidas e crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, desnutridas.

### **3.5 ÁREAS DE ABRANGÊNCIA**

O Programa “Maria-Maria” atenderá o universo de mulheres grávidas e crianças de 0 a 5 anos desnutridas, inicialmente, nos Municípios de :

- a) Ananindeua
- b) Marituba
- c) Benevides
- d) Santa Bárbara
- e) Santa Izabel
- f) Santo Antônio do Tauá
- g) Vigia
- h) Santarém Novo
- i) Tailândia
- j) Melgaço

### 3.6 ESTRATÉGIAS

O Programa “Maria-Maria” tem como principais estratégias de atuação:

- a) articular as políticas públicas no sentido de integrar ações e facilitar o acesso e o atendimento de mulheres grávidas e crianças desnutridas aos serviços de saúde, assistência social, educação, geração de renda e informação;
- b) realizar levantamento da população alvo na área de abrangência do Programa “Maria-Maria”;
- c) provocar a inserção da população alvo do Programa “Maria-Maria” e familiares, em programas de qualificação profissional, educação, emprego e geração de renda;
- d) implementar o processo de supervisão, monitoramento e avaliação dos Programas de Atenção à Mulher e à Criança;
- e) mobilizar a sociedade civil organizada a participar nas fases de identificação da demanda, informação, monitoramento e avaliação do Programa “Maria-Maria”, bem como em conjunto com os governos estaduais e municipais;
- f) promover a participação do empresário para o co-financiamento do Programa;
- g) identificar fontes de financiamento para pesquisas sociais em que as Organizações Não-Governamentais (ONG’s) possam acessar;
- h) realizar pesquisas científicas.

### 3.7 METODOLOGIA

A metodologia do Programa “Maria-Maria”, além da organização dos serviços públicos com caráter de ação continuada, tanto em nível de prevenção como em nível de tratamento, imprime a dinâmica da experimentação de ser, saber, fazer e transformar que visa:

- a) mudanças nos sistemas de trabalho onde os problemas sociais possam ser enfrentados a partir de uma visão holística do homem enquanto ser individual ou coletivo;
- b) transformar através da construção artística da linguagem e do viver, garantindo o princípio da observação, do respeito e da prática. O social é construído e reconstruído de maneira lúdica, leve, simples e harmoniosa com profundo respeito ao indivíduo e a natureza fazendo despertar o sentimento de bando, de tribo universal em bases do pensar e do sentir amplo que consolida os valores da solidariedade, o amor por si e pelo próximo;

c) a busca da auto sustentabilidade da comunidade deverá ser perseguida pelos próprios agentes sociais e lideranças comunitárias, que exercem o papel de investigadores, de provocadores; aqueles que resgatam o poder criador a arte da sua comunidade, criando condições para que ela própria encontre a sua autonomia de governo, com responsabilidade de pensar, de escolher e de agir pela solução de seus próprios desafios.

O governo será o animador, aquele que apoiará, propiciará os meios para que esse bando (comunidade) cresça e se desenvolva.

A linguagem das artes, vista como poderoso recurso na potencialização de indivíduos, na organização para recriar identidade e formas sociais, os conteúdos ministrados são construções coletiva que valorizam e compartilham as práticas, os saberes e as vivências de cada pessoa que participa desta construção. Visam descobrir potencialidades, ações, redes, que fortalecem o desenvolvimento sustentável dos indivíduos e das comunidades. Valorizam as práticas culturais indígenas e populares, bem como a utilização crítica das diversificadas fontes de conhecimento do social, da consciência, das artes e das religiões.

O capacitar indivíduos, instituições governamentais e não governamentais ou quaisquer outras formas de organização coletiva para elaborarem respostas eficazes às problemáticas sociais possibilitando aos participantes experimentarem-se como artífices de suas próprias vidas e do social.

A dinâmica utilizada para a operacionalização desta metodologia e a do campo, a física, a cognitiva, a social, a psicológica, sendo a partir dessas dimensões que se resgata e se desenvolve a auto-estima das pessoas, ocasionando o desenvolvimento comunitário mais feliz.

### **3.8 OPERACIONALIZAÇÃO**

#### **3.8.1 Portal da Vida**

A ação do Programa é monitorada pelo Portal Teia da Vida, um dos principais indicadores sobre o andamento do Maria-Maria. O portal tem a responsabilidade de criar e manter um banco de dados a respeito da situação social de mulheres e crianças no Estado, oferecer serviços ao público alvo do programa, realizar atividades sócio-educativas voltadas para gestantes e crianças até cinco anos, entre outras ações.

A criação do Portal da Vida para o atendimento das demandas referentes à mulheres grávidas e crianças desnutridas, caracteriza-se como um espaço no Município (PSF/PS/Secretarias Municipais), onde são articulados os serviços, projetos e ações que

ofereçam atendimento às diversas necessidades dessas mulheres e crianças, através do Sistema de Referência e Contra-Referência dos serviços ofertados pelas políticas públicas, com vistas a fortalecer suas condições/potencialidades para que possam assumir/reassumir seu papel de manter, educar, proteger e construir identidades.

O Portal da Vida tem ainda a responsabilidade de criar e manter um banco de dados sobre a questão do gênero feminino e sobre a criança, voltado para os objetivos do programa.

As atividades do Portal estão relacionadas ao Serviço de Apoio e Orientação, Reuniões Vivenciais; Ações Sócio-Educativas, Capacitação de Recursos Humanos dos serviços oficiais e da comunidade. Espaço de pactuação com serviços existentes, visando garantir o atendimento integral e com resolutividade, o monitoramento e avaliação, e o funcionamento da sala de situação, através de registros realizados em murais, planilhas e instrumentos de coleta de informação preenchidos pelos Faróis da Vida.

A responsabilidade de seu funcionamento está a cargo das equipes técnicas multidisciplinares, contendo profissionais da área social e da saúde.

a) serviço de apoio e orientação

- cadastro de mulheres grávidas e crianças de 0 a 5 anos desnutridas;
- esclarecimento dos serviços e o papel do Portal da Vida;
- orientação sobre os serviços existentes cadastrados e/ou pactuados;
- agendamento de encontros semanais de acompanhamento da grávida e criança desnutrida.

b) reuniões vivenciais

- as reuniões vivenciais permitirão o compartilhamento de experiências e de orientações para a compreensão e os encaminhamentos das situações vivenciadas pela mulher grávida e da criança de 0 a 5 anos, desnutridas, na família e na comunidade;

c) ações sócio-educativas

São ações programadas para serem realizadas de forma regular, para atingir o objetivo da informação, novos aprendizados que favorecerão o desenvolvimento pessoal.

d) capacitação

- dos recursos humanos atuando na política de saúde e assistência social para desenvolverem suas atividades à luz do Sistema de Proteção Social.
- dos profissionais responsáveis pela execução dos Programas de Agente Comunitário de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF).

- dos profissionais responsáveis pela gestão de políticas públicas de saúde, assistência social e trabalho.
- das lideranças comunitárias para o fortalecimento da comunidade.

e) recursos humanos

Equipes do PACS e PSF, acrescidos de profissionais da área social e da saúde.

f) pactuação

Estabelecimentos de acordo com os serviços públicos existentes para garantir o atendimento imediato das grávidas e crianças desnutridas, portadoras do Cartão de Identificação.

### **3.8.2 Farol da Vida**

a) a escolha

Espaço comunitário com personalidade jurídica indicada e/ou referenciada pelo conjunto dos comunitários que participaram da reunião ampliada em cada Município, levando em consideração as localidades que apresentam piores índices de prevalência de desnutrição.

b) objetivo

O Farol da Vida objetiva estabelecer constante articulação junto à comunidade, no sentido de assegurar todos os encaminhamentos necessários junto às famílias que possuam grávidas e crianças de 0 a 5 anos desnutridas.

c) espaço físico

Centro Comunitário, Associação de Moradores, Clube de Mães, ONG em Geral.

d) atividades do farol da vida

- Identificar a grávida e a criança desnutrida (através de peso/altura e idade), no caso de mulher grávida o tempo de gestação;
- Identificar as possibilidades da comunidade em seu processo de organização com a responsabilidade de desenvolver o entendimento na comunidade sobre a importância da co-responsabilidade e da co-gestão.
- Incentivar a participação da comunidade em ações de qualificação profissional, capacitação, alfabetização, geração de renda, higiene, informação, direitos e deveres de cidadania;
- Prestar informação a respeito das atividades realizadas no “Farol”

e) quem participa do Farol da Vida

- lideranças comunitárias;

- voluntariado;
- comunitários;
- técnicos do governo;
- agente comunitário de proteção social;
- equipe de saúde da família;
- empresários;
- sociedade civil organizada

f) quem gerencia o Farol da Vida

A comunidade através de suas lideranças e referências em cada local, escolhida através de consenso pelos comunitários em assembléia.

g) monitoramento e avaliação do Farol da Vida

g.1) Reunião mensal no “Portal” com participação de todos os Faróis para discussões e encaminhamentos relacionados a:

- avanços;
- entraves;
- propostas de encaminhamentos;
- troca de experiência

g.2) Reunião sistemática com cronograma do Farol com a Comunidade

- Método de reunião
  - vivência
  - dados referentes a ações realizadas;
  - dados sobre os resultados obtidos;
  - utilização de instrumentos de registros de dados como murais, planilhas e formulários.

### **3.8.3 Cartão de Identificação**

O cartão de identificação é um documento de identificação que ao ser apresentado dará agilidade e garantirá o atendimento integral à mulher grávida e a criança de 0 a 5 anos desnutridas, nos serviços referenciados.

a) funcionamento

Expedido pelo Portal da Vida, após o cadastro da mulher grávida e da criança desnutrida, o cadastro apontará os atendimentos prioritários e com o cartão de identificação serão oferecidos de forma prioritária e integral os serviços pactuados.

### **3.8.4 Selo de Qualificação**

Prêmio ao Município que atingir as metas estabelecidas pelo Programa “Maria-Maria”, por meio de outorga de um selo, que o identifique como modelo de Município que desenvolve conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, as quais repercutem no estado nutricional de mulheres grávidas e crianças de 0 a 5 anos desnutridas.

### **3.8.5 Visitas institucionais**

Cadastramento e reconhecimento das instituições e serviços que possam atender as demandas do público alvo do Programa quais sejam:

- espaços físicos existentes;
- tipologia dos serviços oferecidos por instituição em cada Município;
- fluxos dos encaminhamentos existentes nas instituições prestadoras de serviços (Sistema de Referência e Contra-Referência);
- formas de relacionamento/interfaces entre as políticas públicas;
- programas da política de proteção social implantados (Assistência Social, Saúde e Trabalho);
- ONG's existentes;
- cursos de qualificação de recursos humanos oferecidos;
- conselhos implantados.

### **3.8.6 Acompanhamento do atendimento**

- análise e avaliação das dificuldades para a superação conjunta dos pontos de estrangulamento no oferecimento dos serviços;
- acompanhamento sistemático dos atendimentos decorrentes dos encaminhamentos dados pelo “Portal da Vida”;
- cadastramento e a atualização de cadastros;
- identificação das lideranças representativas, por localidades.

### **3.8.7 Reuniões de trabalho e encaminhamento de rotina**

a) reunião com representantes da rede de serviço para:

- atualização do fluxo de atendimento/encaminhamentos;
- fortalecimento dos laços institucionais;
- reforço ao pacto estabelecido, renovando compromissos e responsabilidades;
- fornecimento do “Cartão de Identificação”, que assegure o atendimento com prioridade absoluta nos serviços cadastrados;
- mobilização e otimização dos Agentes Comunitários de saúde por área de trabalho/localidade.

### 3.8.8 Divulgação

- identificação de vestuário (camisetas, bonés, mochilas e pastas);
- cartão de identificação com logomarca do Estado e do Município;
- veiculação das informações (jornal, rádio, televisão e meios de comunicação existentes em cada Município/localidade);
- prêmio ao Município que melhorar o indicador, através do “Selo de Qualidade”;
- marketing.

### 3.9 AÇÕES POR ÁREA DE ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa “Maria-Maria” é realizado em parceria com os seguintes órgãos da administração pública:

a) Secretaria Executiva de Saúde do Estado do Pará (SESPA)

A SESPA é responsável pela implantação das seguintes ações na área de proteção social:

- Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS e Saúde da Família (PSF)
  - expansão de ACS;
  - expansão de equipes do PSF;
  - capacitação de ACS e equipes do PSF (em conteúdos específicos e de auto-conhecimento).
- Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância - AIDPI
  - capacitação para profissionais no treinamento de Executores do AIDPI
- pré-natal
  - incentivo a implantação e/ou ao aprimoramento do Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento nos Municípios do Programa “Maria-Maria”.
- educação em saúde
  - capacitação de ACS, equipes de PSF e líderes comunitários em conteúdos de auto-conhecimento; noções básicas de terapia ocupacional; enfermagem, serviço social; nutrição; prevenção odontológica; e farmácia viva.
- planejamento familiar
  - implantar e/ou implementar o Programa de Planejamento Familiar nos Municípios onde será implantado o Programa “Maria-Maria”.

- prevenção do câncer cérvico uterino – PCCU e do câncer de mama
  - implantar e/ou implementar o programa nos Municípios onde será implantado o Programa “Maria-Maria”.
- incentivo ao aleitamento materno
  - capacitação de multiplicadores
- tratamento da criança desnutrida grave
  - capacitação de profissionais para o protocolo da OMS, para atuarem em dois hospitais de retaguarda de atendimento à desnutrição grave;
  - adequação de área física, em hospitais para o atendimento exclusivo do desnutrido grave;
  - capacitação de profissionais dos Municípios do Programa “Maria-Maria”, a nível ambulatorial, para garantir o atendimento/acompanhamento dos desnutridos com alta hospitalar.
- imunização
  - garantir 100% da cobertura de vacinação básica em mulheres grávidas e crianças de 0 a 5 anos desnutridas.
- qualificação profissional
  - qualificação de mulheres em laboratórios organizacionais de terreno – LOT, através do PRONAGER (no Pará o PREA – Programa de Renda Autônoma).
- crédito produtivo
  - concessão de micro-créditos às mulheres qualificadas pelo PRONAGER/PREA.
- creche
  - atendimento de crianças de 2 a 5 anos em creche institucional e comunitária.
- plantão social
  - implantação e/ou implementação de plantão social nos Municípios do Programa “Maria-Maria”.

b) Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (SETEPS)

A SETEPS cabe organizar socialmente os grupos, implantar as unidades produtivas; articular junto a Diretoria de Assistência Básica (DAB), Programas Sociais para os Municípios, implementando as seguintes ações:

- aceleração da aprendizagem

- diminuir a distorção idade/série em mulheres grávidas e mãe de crianças de 0 a 5 anos desnutridas.

- alfabetização de adultos

- alfabetizar mulheres grávidas e mães de crianças de 0 a 5 anos desnutridas.

c) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

À EMATER compete dar a assessoria técnica do Programa “Maria-Maria” e implantar as seguintes ações na área de infra-estrutura:

- implantação de microssistemas de abastecimento de água;

- estações de cloração de água;

- implantação de estações de cloração, acopladas aos microssistemas de abastecimento de água, nos Municípios do Programa “Maria-Maria”.

- destino dos resíduos sólidos;

- destino dos dejetos.

d) Secretaria Executiva de Agricultura (SAGRI)

À SAGRI compete implantar os Programas de Agricultura Familiar (incluindo a Meliponicultura: criação de abelhas sem ferrão), Hortas Comunitárias, Escolares e Pomares Domésticos.

Atualmente, as ações do “Maria-Maria” são desenvolvidas pelo médico e coordenador do Programa Hélio Franco (SEEPS), a Assistente Social e Psicóloga Simone Platino (SETEPS); a nutricionista Fátima Bentes (SESPA); o Engenheiro Agrônomo Antônio Quinderé (SAGRI), a Veterinária Onilce (EMATER). Todo o trabalho é coordenado pela secretária especial de Proteção Social e vice-governadora do estado do Pará, Valéria Pires Franco.

## **PARTE IV**

### **4 O PROGRAMA “MARIA-MARIA” E AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE**

#### **4.1 INSTRUMENTOS USADOS NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE GLOBAL DA COMUNIDADE**

O diagnóstico participativo em grupos comunitários busca o levantamento de informações necessárias à identificação dos problemas e necessidades vivenciados pela comunidade. Num momento inicial, o diagnóstico participativo é um processo contínuo que gera um conhecimento que se enriquece na medida em que a realidade se transforma (Gutiérrez, 1993: p.31). Sucessivamente, o diagnóstico participativo definirá as prioridades, bem como os recursos (humanos e financeiros) para sua consecução, formulando quais os objetivos das ações. Finalmente, ao envolver o público interessado no processo de pesquisa, estamos proporcionando a objetivação de necessidades sentidas, bem como de necessidades reais não sentidas. O próximo passo é determinar como cada um dos problemas serão abordados. Santos afirma que,

(...) para intervir sobre uma realidade é preciso conhecê-la e, para que isto ocorra, é preciso que nós a estudemos ao mesmo tempo que deve ser dado ao grupo estudado a oportunidade de conhecer suas percepções, seus valores suas crenças, bem como seus temores e aspirações para o futuro. Desta maneira, a própria comunidade, organizadamente, poderá levantar os dados necessários para conhecer sua realidade. Quando envolvemos os beneficiários no processo de pesquisa, estamos proporcionando a objetivação de necessidades sentidas, bem como de necessidades reais não sentidas. (Santos, 2001: p.54)

Os conteúdos da pesquisa podem incluir a comunidade de uma forma global, a estrutura sócio-econômica, os componentes culturais compartilhados, os grupos organizados e as associações; as relações formais e informais entre os membros da comunidade, seus problemas, etc.

Não há uma forma única de fazer diagnóstico participativo, os instrumentos de observação ou coleta de dados podem ser os mais variados. Em nosso caso, durante a fase da coleta de dados, o estudo contemplou dois instantes: num primeiro momento, para conhecimento da realidade global da população do Município de Vigia, foram analisados os dados censitários do IBGE (2002). Este documento permitiu um conhecimento preliminar da localidade a ser investigada e já conferiu subsídios para proposta de intervenção. Em relação

ao Município de Vigia, o crescimento populacional e a falta de oportunidade na zona urbana têm contribuído para o desemprego ou subemprego e, neste caso, para a dependência do poder público na geração de renda. Isto torna imperiosa a implantação de ações na área social para reverter o quadro. Por isso, o estudo privilegiou a zona urbana do Município, centrando-se nas iniciativas desenvolvidas em favor de mulheres gestantes e criança desnutridas (faixa etária de 0 a 5 anos) consideradas em situação de risco, assistidas pelo “Maria-Maria”, programa que estimula ações comunitárias voltadas à ocupação e qualificação de mão-de-obra para incentivar a geração de renda. Num segundo momento, foi aplicado um questionário com perguntas e respostas objetivas para caracterizar o perfil sócio-econômico das famílias residentes nas localidades encampadas pelo Programa “Maria-Maria” (Bairros Sol Nascente, Vila Nova e Turjal). Foram também realizadas várias visitas à Cidade, o que possibilitou conhecer a forma de trabalho, de produção e de organização comunitária. Isso se deu através da observação direta, entrevistas com autoridades locais, assessores técnicos e líderes comunitários vinculados ao Programa. Esta é uma metodologia comumente empregada a fim de se conhecer a realidade local.

#### **4.1.1 Caracterização do campo de estudo**

##### **4.1.1.1 Breve histórico do Município de Vigia (PA)**

O Município de Vigia é um dos mais antigos do Pará fundado em 1698. Os primeiros moradores foram os índios Tupinambás que ergueram no local a aldeia Uruitá. Nessa antiga aldeia o governo colonial construiu um posto fiscal para proteger, fiscalizar e vigiar as embarcações que abasteciam Belém, evitando o contrabando. Foi a prática de vigiar do posto que deu origem ao nome do Município.

Alguns autores acreditam que Vigia seja a mais antiga de todas as cidades da Amazônia, tendo sido fundada por Francisco Caldeira Castelo Branco durante sua expedição de conquista do Grão-Pará, em 06 de janeiro de 1616, seis dias antes da fundação de Belém.

A cidade tem uma das mais ricas culturas do estado do Pará. Vigia com suas características seculares realiza anualmente o círio mais antigo do Pará, a Festa de Nossa Senhora de Nazaré, assim como o famoso carimbó (onde a tradição dos grupos folclóricos e compositores do ritmo são preservados). Vilas de pescadores, monumentos e prédios antigos, também fazem parte das atrações culturais do Município.

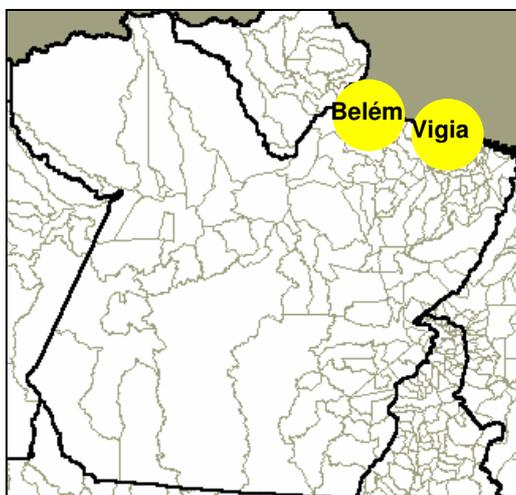
Em 1889, com a Proclamação da República, Vigia fez sua adesão ao novo regime e partiu para uma nova fase de sua história. A cidade, que sempre foi palco de fatos importantes da história paraense, teve filhos ilustres, entre intelectuais, poetas, artistas e

escritores. Não é à toa que é considerada por seus habitantes e admiradores como uma importante referência artística e cultural. Uma verdadeira "Atenas Paraense".

#### 4.1.1.2 Localização

Vigia está situada na Região Norte do Brasil, mais precisamente no Nordeste do estado do Pará, na Micro-Região do Salgado a uma latitude 00°51'30" Sul e a uma longitude 48°08'30" Oeste, estando a uma altitude de 6 metros. Sua população estimada em 2004 era de 41.637 habitantes dos quais 70% até 2002 concentravam-se na zona urbana que apresenta uma taxa média de crescimento populacional de 0,80%. O Município possui uma área de 559,86 km<sup>2</sup> (Figura 1).

Figura 2 Localização geográfica do Município de Vigia no estado do Pará



Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 2002

#### 4.1.1.3 Aspectos econômicos

Em função da sua própria localização geográfica, o Município de Vigia tem sua base econômica centrada na pesca e agricultura, atividades que atraíram para a região fazendeiros e algumas empresas de beneficiamento da pesca. Todavia, o artesanato começa a ser incentivado como atividade geradora de renda e emprego.

Atualmente, o Município tem um Produto Interno Bruto superior a R\$ 20 milhões, gerado pelas atividades agropecuárias (28,5%), Indústria (7,6%) e Serviços (63,9%).

Até o ano de 2002, dez empresas atuavam na agricultura, três na avicultura e duas empresas na pesca e fabricação de conservas de peixe, gerando aproximadamente 400 empregos diretos.

Apesar do PIB per Capita alcançar R\$ 561,64 (dados de 2002), a realidade da maioria das famílias que residem naquele Município é bem diferente.

#### 4.1.1.4 Indicadores sócio-econômicos

Vigia apresenta um dos maiores índices de analfabetismo do Brasil, quase superior a média nacional atingindo 13% dos adolescentes na faixa etária de 15 anos. Apenas 48% da população dispõe de água tratada e rede de esgoto sanitário. A taxa de mortalidade infantil é superior a 38 crianças por cada mil habitantes. Esses dados atribuem ao Município de Vigia um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançando apenas a 2.402ª colocação no território nacional, igual a 0,731, abaixo do limite aceitável pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

### 4.1.2 Resultados da pesquisa de campo

#### 4.1.2.1 Características sócio-econômicas das famílias entrevistadas

A apresentação dos resultados desta pesquisa baseiam-se na análise das condições sócio-econômicas das famílias residentes na zona urbana do Município de Vigia no Estado do Pará. Foram entrevistadas 38 famílias pertencentes aos bairros de “Sol Nascente”, “Turjal” e “Vila Nova”, integrantes das ações sócio-educativas do Programa “Maria-Maria” em Vigia. As entrevistas consistiram na aplicação de questionários com perguntas e respostas objetivas e os atores também puderam se manifestar de forma espontânea usando as suas lógicas, contribuindo assim para a complementaridade da pesquisa de campo. Após levantados e tabulados os dados, obtivemos os seguintes resultados:

##### 4.1.2.1.1 Origem dos moradores

A maior parte dos moradores são originárias de Municípios circunvizinhos à localidade estuda e apenas uma pequena parcela é oriunda de outros Estados pertencentes à Região Nordeste do país. Em ambos os casos, alegam ter fixado residência no Município de Vigia em razão da falta de recursos financeiros.

##### 4.1.2.1.2 Composição das famílias pesquisadas

A composição das famílias entrevistadas é relativamente numerosa. Entre as famílias entrevistadas, 75% possuem entre 2 e 4 filhos, ou seja, um número de dependentes bem acima da média nacional, incompatível com os atuais níveis de renda da população brasileira. Contudo, isto pode ser reflexo da desinformação que ainda norteia, em pleno século XXI, a vida nos pequenos Municípios brasileiros.

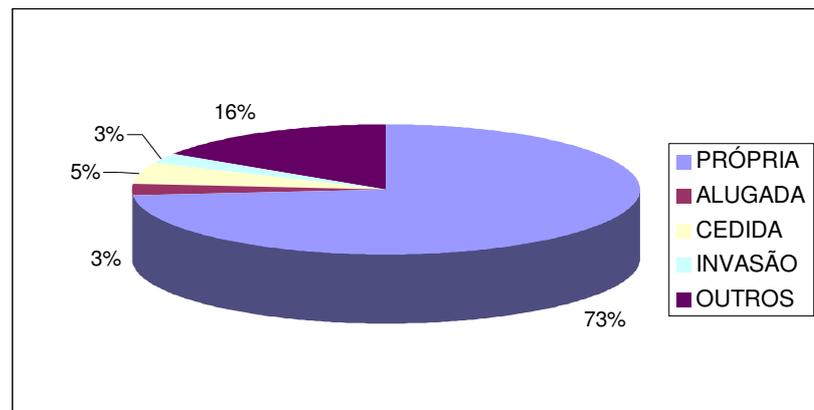
Um outro aspecto que chama atenção em relação à composição das famílias é o número de pessoas agregadas a mesma que mantém relação de dependência com o núcleo familiar e, por isso, vivem sob o custeio muitas das vezes de apenas um integrante da família.

Observamos que em 75% das famílias entrevistadas co-existem de 3 a 5 pessoas que dependem diretamente da pequena renda familiar.

#### 4.1.2.1.3 Caracterização das moradias

O sistema de moradia entre as famílias entrevistadas é bastante variado. Mesmo que a maioria (73%) possua casa própria, 16% dos entrevistados sobrevivem em pequenos barracos na periferia do Município de Vigia em condições inapropriadas para habitação (Gráfico 1).

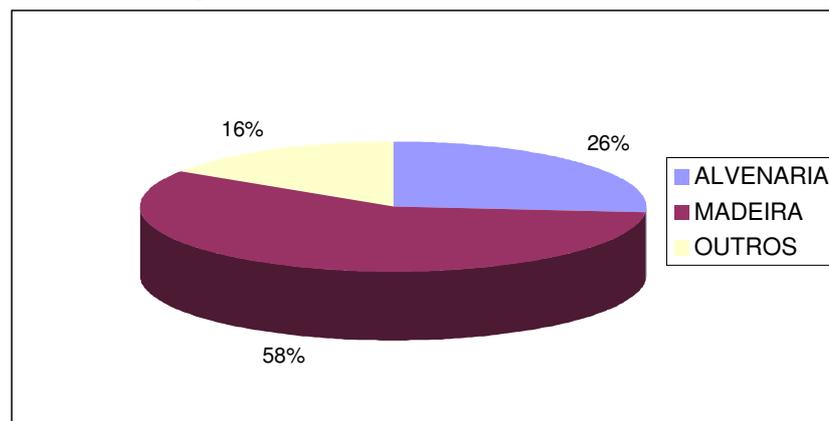
Gráfico 1 Caracterização das moradias



Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

Porém, observa-se que a maior parte das habitações das famílias entrevistadas é construída de madeira (58%) com cobertura de telha (Gráfico 2).

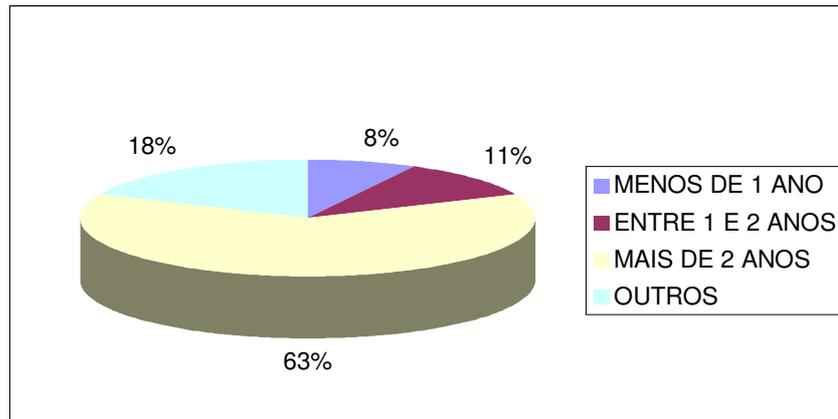
Gráfico 2 Tipo de moradia



Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

Além disso, constatou-se que a maioria das famílias entrevistadas (63%) já reside no Município há mais de 2 anos (Gráfico 3).

Gráfico 3 Tempo de residência

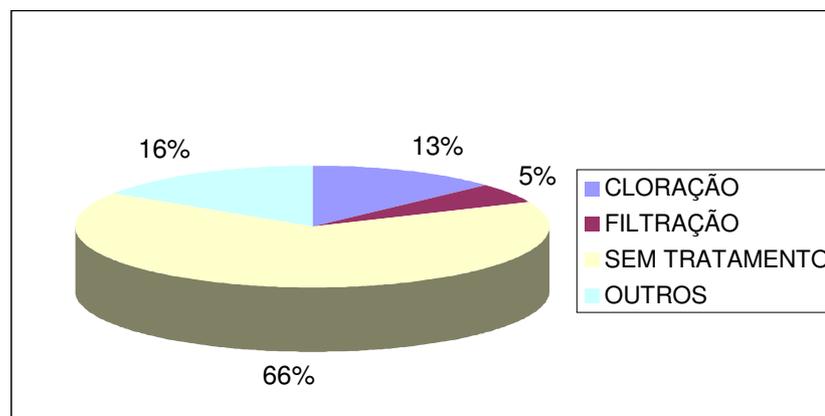


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.4 Água potável

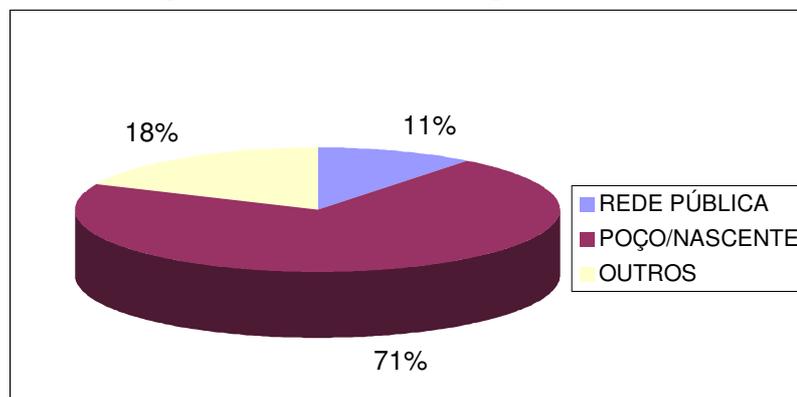
Com relação à água consumida, observou-se que 66% das famílias entrevistadas não utilizam nenhum tipo de tratamento químico (Gráfico 4), assim como 71% do abastecimento de água para consumo próprio é feito através de poço artesiano. Apenas 11% das famílias dispõem de água proveniente da rede pública (Gráfico 5).

Gráfico 4 Tratamento de água



Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

Gráfico 5 Tipo de abastecimento de água

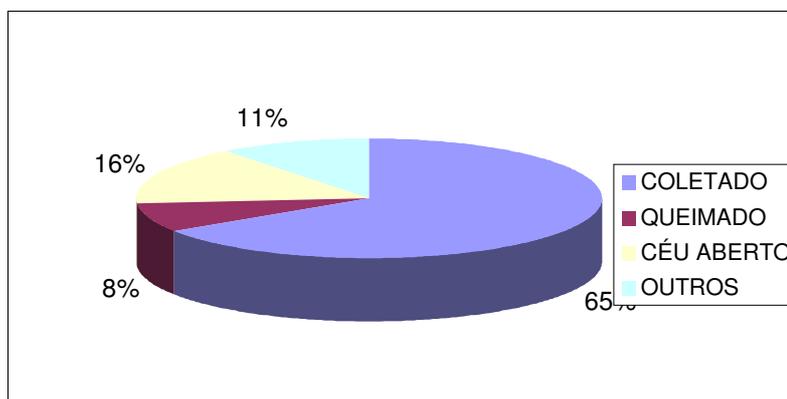


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.5 Destino do Lixo

Com relação ao lixo produzido pelo Município de Vigia, 65% das famílias entrevistadas alegaram ser o mesmo coletado pela prefeitura local, enquanto que 16% das famílias informaram deixar os dejetos espalhados a céu aberto (Gráfico 6).

Gráfico 6 Destino do Lixo

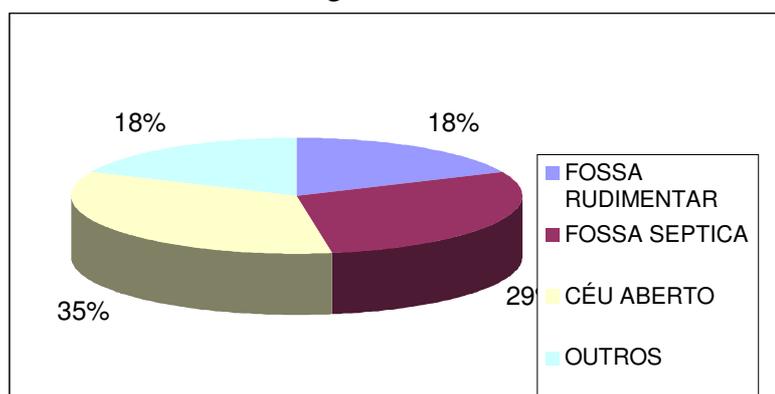


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.6 Rede de esgoto sanitário

Outra constatação alarmante refere-se ao destino dado ao esgoto sanitário. Entre as famílias entrevistadas, 35% declararam não possuir fossa adequada (céu aberto). Apenas 29% dão o devido destino ao esgoto sanitário (Gráfico 7)

Gráfico 7 Destino do esgoto sanitário

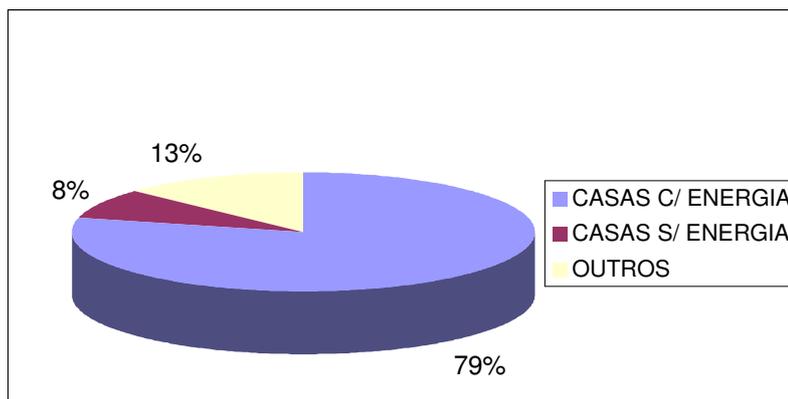


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.7 Energia elétrica

Durante a pesquisa, constatou-se em 79% dos domicílios entrevistados a existência de energia elétrica, porém isso não significa que essas famílias tenham acesso a bens de consumo duráveis, tais como televisão, geladeira, máquina de lavar roupas, etc., visto que a renda familiar é insuficiente para a satisfação dessas necessidades (Gráfico 8).

Gráfico 8 Rede elétrica

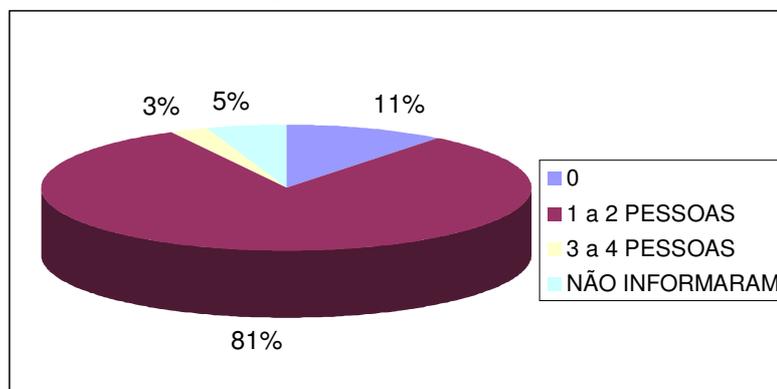


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.8 Membros da família economicamente ativos com ocupação

Em relação aos membros da família economicamente ativos e ocupados em alguma atividade econômica, constatou-se que 81% das famílias entrevistadas apresentam de 1 a 2 pessoas que geram renda pequena e insuficiente para a manutenção do grupo familiar. Todavia, à medida que o número de membros da família aumenta, constata-se uma drástica redução proporcional da renda obtida pelas pessoas ocupadas (Gráfico 9).

Gráfico 9 Pessoas ocupadas

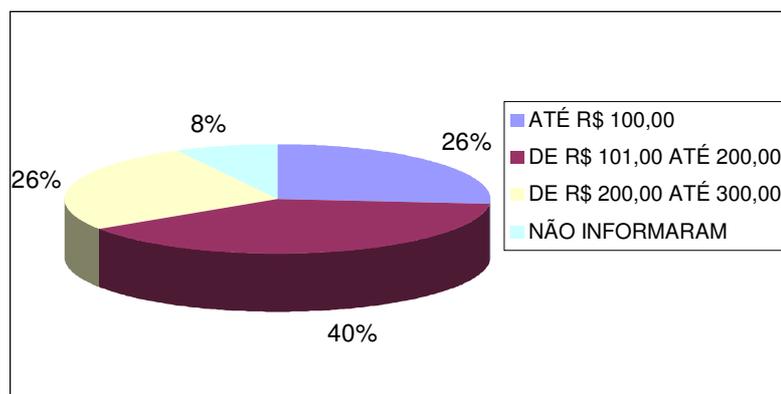


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.9 Composição da renda familiar

Segundo os dados constantes no Gráfico 10, a renda familiar de 40% das famílias entrevistadas não é superior a R\$200,00 e 26% das famílias não ganham salários superiores a R\$100,00 o que os situa em condições materiais e financeiras precárias. Esta constatação denota as condições de sobrevivência das famílias entrevistadas, a baixo da linha da pobreza (Gráfico 10).

Gráfico 10 Renda família

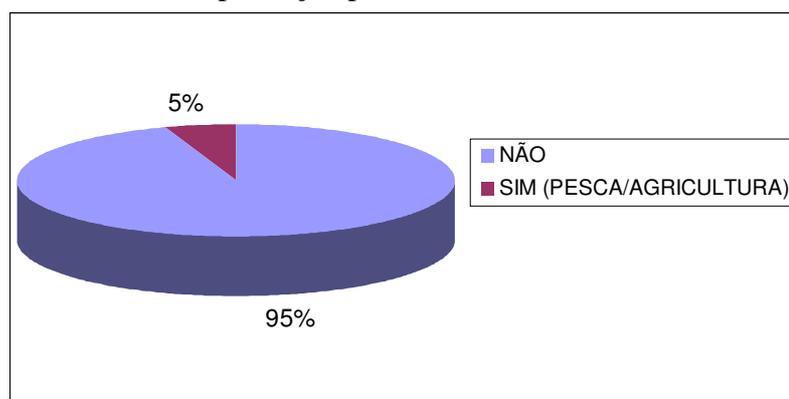


Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

#### 4.1.2.1.10 Capacitação Profissional

Um dos problemas cruciais na geração de renda entre as famílias entrevistadas diz respeito a baixa formação profissional dos entrevistados, pois 95% dos entrevistados alegam não possuir nenhum curso de capacitação (Gráfico 11)

Gráfico 11 Capacitação profissional



Fonte: Dados da pesquisa (Setembro/2005)

## 4.2 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE IDENTIFICADAS NO PROGRAMA “MARIA-MARIA”

Após o levantamento da realidade global da comunidade foi possível diagnosticar, com base na amostragem investigadas neste estudo, a realidade vivenciada pela maioria das famílias residentes no Município de Vigia no Nordeste do estado do Pará. Trata-se de pessoas com poucas oportunidades de trabalho formal, visto que a baixa escolaridade e a falta de capacitação profissional afastam cada vez mais esses grupos da economia de mercado. Somado a isso, essas famílias não dispõem de condições adequadas de higiene e habitação, dependendo do auxílio de terceiros e submetendo-se às condições precárias de subsistência (a maioria está sujeita as pequenas rendas provenientes do subemprego de apenas um membro

da família para a satisfação de suas necessidades básicas). A falta de recursos financeiros para as despesas domésticas tem sido o principal fator responsável pelo agravamento no índice de desnutrição entre crianças de 0 a 5 anos, assim como gerador de problemas de ordem familiar que propiciam o convívio com drogas, álcool e a violência doméstica por parte dos integrantes das famílias.

Ante esse quadro, foram sugeridas pelo Programa “Maria-Maria” algumas ações interventoras de caráter social, visando o combate à pobreza, a geração de emprego e renda, voltados à realidade do Município estudado. Para isso, são propostas intervenções onde a própria comunidade foi convidada (envolvida) a participar das ações, debatendo seus problemas, propondo soluções e acompanhando a operacionalização das sugestões aprovadas.

#### **4.2.1 Desenvolvimento das atividades**

Durante o período de julho de 2004 a maio de 2005, tivemos a oportunidade de atuar no Programa “Maria-Maria” incentivando o trabalho comunitário e estimulando a participação das famílias selecionadas às primeiras experiências do Programa no Município de Vigia. O trabalho começou com visitas às residências para conversas informais com os membros da família, principalmente com as donas de casa. Após os primeiros contatos, marcamos uma reunião formal com aqueles que tivessem interesse em conhecer melhor as possibilidades de geração de renda e ocupação e para falarmos do nosso trabalho. O respeito pela disponibilidade de tempo dos atores envolvidos no processo foi de grande importância para evitar o esvaziamento nos trabalhos. Desta forma procuramos saber qual o melhor dia e horário para nos reunirmos. Foi escolhido o fim de semana e o horário noturno, pois eles dispõem de maior tempo neste horário. As reuniões foram marcadas no Farol da Vida, por ser de fácil acesso a todos.

As atividades foram desenvolvidas em 32 horas de trabalho, com as seguintes etapas:

- a) apresentação do Programa “Maria-Maria”;
- b) seleção de público alvo (mulheres gestantes e crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, desnutridas) a ser atendido pelos serviços públicos;
- c) apresentação da metodologia de trabalho;
- d) aplicação da metodologia participativa com a realização de reuniões vivenciais;

Em seguida, o Programa foi direcionado à articulação de atividades de emancipação social com a geração de emprego e renda por meio de cursos de qualificação e capacitação do público alvo. A condução dos trabalhos ficou a cargo de técnicos do

Município (agentes sociais) que dão assessoramento ao Programa, contando também com a participação de profissionais ligados às Secretarias Estaduais responsáveis pelo “Maria-Maria”. Dessa forma, o trabalho convergiu para a consecução das seguintes atividades:

- a) identificação de problemas ligados à realidade das famílias participantes;
- b) levantamento das prováveis soluções aos problemas apresentados;
- c) confronto entre as linhas de ação propostas e as efetivamente realizadas.

Após a utilização de técnicas de estímulo de participação grupal e conscientização da importância de cada membro para a comunidade, os presentes foram incentivados a expor os principais problemas vivenciados pela comunidade. Foram formados grupos, no máximo de 5 pessoas, para que fossem enumerados e relatados, segundo o grau de importância, as idéias centrais. Este momento caracterizou a construção de conhecimento, no qual o saber popular foi reconhecido, evitando-se a prevalência de idéias pré-concebidas.

A educação socialmente produtiva usa o elemento educativo para integrar e garantir, aos grupos produtivos, o protagonismo e despertar a consciência para os processos sociais. A reflexão comunitária da sua prática se constitui no ápice do processo educativo.

A segunda e mais prolongada fase do trabalho caracterizou-se pela realização de oficinas para, através da reflexão, haver a construção do “arquivo dos problemas”, conforme propõe Garcia na tabela 1. (Garcia, 1998: p.91)

**Tabela 1** Arquivo de Problemas<sup>1</sup>

Problemas <sup>2</sup>	População atingida <sup>3</sup>	O que fazer?	Responsabilidade de enfrentamento <sup>4</sup>	Quando fazer? <sup>5</sup>

(1) Este documento deve conter todos os problemas considerados importantes e que, ao devido tempo, serão resolvidos. Neste arquivo podem conter só aqueles priorizados pelos participantes do trabalho.

(2) Precisar a natureza do problema.

(3) Estimativa de quantas pessoas são atingidas pelo problema;

(4) Quem é o responsável pela solução do problema. Se for o governo, determinar se é a nível municipal, estadual ou federal ou se os três;

(5) Quando fazer; corresponde ao cronograma para atender as metas, quando estas já forem estabelecidas.

Depois de duas semanas de trabalho os problemas foram identificados, priorizados, e sugeridas as soluções para os mesmos, definindo-se quem faria, bem como as responsabilidades de cada membro para seu enfrentamento.

Ao final dos trabalhos, os principais problemas identificados foram:

- a) política governamental ainda bastante centrada no assistencialismo nas áreas da saúde e educação básica, contribuindo apenas para amenizar os problemas da comunidade;
- b) falta de incentivo (técnico e financeiro) por parte das instituições sociais, ONG's e empresas da região que, ao longo do tempo, criam apenas "expectativas" nos membros das comunidades;
- c) baixa qualificação profissional dos integrantes da comunidade;
- d) falta de conscientização por parte dos membros da comunidade sobre a importância do trabalho solidário, participativo e voltados à exploração das potencialidades locais.

Em seguida foi sintetizado, como problema prioritário, "a carência de incentivos voltados ao apoio técnico (capacitação, treinamento e acompanhamento) e financeiro de projetos de base sócio-educativa, associados às peculiaridades regionais".

Ficou decidida a criação de um fórum permanente de discussão e monitoramento dos problemas detectados na comunidade. Isto reflete o pensamento de Demo para quem "o desigual, sozinho não pode nada. Organizado, é capaz de ocupar a cena, de influenciar e, a partir daí, de revestir-se da capacidade de mudá-la em seu favor". (Demo, 1996: p.45)

Neste sentido, a responsabilidade de enfrentamento do problema prioritário é de todos aqueles que desejam, efetivamente, uma mudança em suas qualidades de vida.

Dessa forma, as atividades sócio-educativas foram compostas basicamente de cursos de capacitação voltados à emancipação social com a geração de emprego e renda por meio de cursos de qualificação e capacitação de atividades nas comunidades envolvidas. Em sua grande maioria são atividades de pequeno porte, tanto em relação aos volumes de recursos anuais mobilizados, quanto em relação ao número de beneficiários. São atividades de responsabilidade dos governos estaduais em parceria com algum porte de recursos dos municípios e entidades não governamentais e que, de forma geral, envolveram a participação das comunidades alvo.

Os grandes problemas para a execução das ações programadas são os mesmos em todos eles, independentemente da localização ou do porte: escassez de recursos e falta de qualificação do pessoal mobilizado para sua execução.

Quanto aos resultados alcançados, houve um consenso ente os agentes multiplicadores de que as ações implementadas enfrentaram vários problemas, apesar do esforço conjunto dos mesmos em cumprir o cronograma proposto, conforme tabela 2.

**Tabela 2** Programa “Maria-Maria”: atividades selecionadas no Município de Vigia (Período: Janeiro a Maio/2005)

Atividades (Cursos de Capacitação) <sup>1</sup>	Setor	Segmentos Envolvidos	Recursos (Fontes)	População Atendida <sup>2</sup>	Dificuldade	Resultados Obtidos	Localização
Corte e Costura	Confecções	Prefeitura/ Estado/ ONG's/ Centro Comunitário	Estado	30	Limitação de Recursos e abandono do curso	Capacitação de 180 participantes	Turjal Vila Nova Sol Nascente
Horta Comunitária	Agricultura Doméstica com o combate à fome e a desnutrição via produção de alimentos	Estado/algumas ONG's e Centros Comunitários	Estado	56	Mão de obra e manutenção de equipamentos cara	Melhora nos padrões de alimentação das famílias envolvidas	Turjal Vila Nova Sol Nascente
Culinária Popular	Economia Informal Venda de comidas típicas	Estado/ algumas ONG's e Centros Comunitários	Estado	34	Falta de noções de higiene pessoal e abandono do curso	Insignificante	Turjal Vila Nova Sol Nascente
Meliponicultura	Fonte de renda alternativa com a cultura do mel proveniente de abelhas sem ferrão	Estado/ Prefeitura	Estado	30	Falta de conhecimento técnico e resistência à atividades econômicas alternativas	Em fase de implantação	Turjal Vila Nova Sol Nascente
Gestão de Negócios	Gerência de pequenos negócios	Estado/ Prefeitura	Estado	30	Desinteresse por habilidades de gestão	Insignificante	Turjal Vila Nova Sol Nascente
Organização Social	Organização Comunitária	Estado/ Prefeitura	Estado	40	Falta de noções de cidadania e trabalho coletivo	Insignificante	Turjal Vila Nova Sol Nascente

(1) Cursos realizados no período de janeiro a maio/2005

(2) Para cada oficina foram selecionados 120 membros da comunidade.

**Fonte:** Programa “Maria-Maria” – Município de Vigia-PA/2005.

Analisando os dados relativos as atividades selecionadas, verificou-se um grande esvaziamento das oficinas ofertadas pelo Programa, prejudicando o cômputo final da população atingida.

Partindo-se da premissa de que um dos objetivos do Programa “Maria-Maria” é a promoção da inserção social de populações carentes através da qualificação e organização comunitária e que isto só é possível a partir da percepção que essas comunidades têm do conceito de Cidadania entre os beneficiários dos diversos serviços, no final das atividades, utilizando o modelo de entrevista proposto por Meira (2002) em sua Tese de Mestrado, foi realizada uma entrevista com os participantes (mulheres gestantes e familiares), na tentativa de avaliar a percepção dos indivíduos envolvidos quanto a este conceito.

As tabelas reproduzidas a seguir revelam as informações detectadas tendo por base as ações de intervenção na realidade:

**Tabela 3** Percepção do direito aos serviços prestados pelos projetos

<b>Percepção</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>
Acho que tenho esse direito porque sou da comunidade	20	30,7
Acho que tenho esse direito porque a Constituição me assegura	10	15,3
Acho que tenho esse direito porque sou cidadão	10	15,3
Acho que tenho esse direito porque o governo deve prestar esse serviço	25	38,7
Total	65	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

**Tabela 4** Posição dos beneficiários quanto às possíveis falhas dos serviços

<b>Percepção</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>
Reclamo para melhorar	10	13,8
Não adianta reclamar	20	27,7
Os mais fracos sofrem sempre	32	44,7
Procuro outros serviços	05	6,9
Tenho o direito de reclamar	05	6,9
Total	72	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

**Tabela 5** Grau de associativismo dos indivíduos beneficiados

<b>Percepção</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>
Não	16	42,2
É associado, mas participa eventualmente	14	36,8
Participa ativamente	8	21,0
Total	38	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

**Tabela 6** Grau de conhecimento do que seja cidadania

<b>Percepção</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Relativo</b>
Sim	5	9,5
Não	40	75,5
Mais ou menos	8	15,0
Não sei dizer	--	--
Total	53	100

Fonte: Dados da Pesquisa/2005.

### 4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS EM PARCERIA COM A COMUNIDADE ENVOLVIDA

Uma vez que em relação ao aspecto associado ao desenvolvimento do conceito de cidadania se dispunha de um marco de comparação (a percepção da comunidade dos benefícios trazidos pelas ações sócio-educativas), procurou-se, tanto quanto possível, levantar

informações sobre segmentos envolvidos, população atendida e resultados obtidos, de outras localidades com as mesmas características daquelas onde se inserem os projetos selecionados, também encampados pelo Programa “Maria-Maria”, com o objetivo de proporcionar algum tipo de comparação.

**Tabela 7** Dados referentes ao Programa “Maria-Maria” em localidades com as mesmas características do município de Vigia

Localidade	Setor	Recursos Volume/Fonte	População Atendida	Segmentos Envolvidos	Resultados Obtidos
Santa Izabel	Agricultura Combate à desnutrição com a criação de horta comunitária	Estado	40	Prefeitura/ Estado	Qualidade na alimentação de apenas 25 famílias
Santa Bárbara	Confecção	Estado	28	Prefeitura/ Estado	Formação de costureiras
Benevides	Agricultura Combate à desnutrição com a criação de horta comunitária	Estado	35	Prefeitura/Estado	Redução da mortalidade infantil e da desnutrição

(1) Em média, foram selecionados para cada oficina 120 membros da comunidade.

**Fonte:** Programa “Maria-Maria”/2005.

Sem atermos a percepção das comunidades envolvidas nestes Municípios sobre à questão da cidadania, comparamos os resultados apresentados pelas ações sócio-educativas implantadas no Município de Vigia com as comunidades atendidas pelo Programa “Maria-Maria” nos Municípios de Santa Izabel, Santa Bárbara e Benevides concluindo-se que, o público alvo apresenta uma grande resistência em participar de projetos de interesse comunitário, destinados à melhoria do padrão daquele segmento empobrecido da sociedade, através da preparação e qualificação da comunidade para a implantação de atividades econômicas voltadas à geração de emprego e renda.

O resumido número de projetos, o limitado número de informações conhecidas, o pouco tempo disponível para o trabalho de conscientização do público alvo, assim como a preferência por oficinas de preparação que não mantém uma relação direta com as peculiaridades da região envolvida contribuíram para o descaso com as ações sócio-educativas elencadas no Município de Vigia.

Nos projetos em que a comunidade daquela localidade foi “convidada”, e não convencida a participar, percebeu-se que os beneficiários desenvolveram baixo grau de conscientização quanto aos seus direitos, reclamando pouco quando esses direitos eram preteridos, sem a devida organização em torno de alguma associação comunitária e com pouca consciência do conceito de cidadania.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A peculiaridade de cada município, comunidade e grupo social é o que deve ser levado em consideração no desenvolvimento de Programas Sociais de base sócio-educativa voltados à intervenção na realidade. O desemprego, a precarização do trabalho, a flexibilização das relações produtivas são problemas estruturais que atingem a muitos, mas as formas de abordá-los e buscar soluções não podem ser resumidas a saídas que procurem apenas suplantar a crise do sistema produtivo capitalista. Muito pelo contrário, as iniciativas devem ter como horizonte a possibilidade de se trabalhar uma nova ética das relações humanas, a vinculação da educação com os processos de trabalho e as novas relações e (auto) gestão do trabalho comunitário e solidário, tendo como objetivo final não exclusivamente o lucro, mas sim, o ser humano.

Por isso, faz-se necessário repensar, de modo geral, a estratégia adotada pelo Programa “Maria-Maria”. Sabemos que para repensar os processos de trabalho em populações empobrecidas e à margem das oportunidades de emprego e renda, necessitamos repensar também os processos educativos. Essa nova ética das relações humanas precisa também estar na ética da educação destinada a essas comunidades, no sentido de conscientizá-las quanto aos seus direitos como Cidadãos pertencentes a uma nova configuração sócio-comunitária, capaz de alterar os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais de seus integrantes. Seres atuantes, autônomos e, ao mesmo tempo, solidários, que participem dos movimentos de sua comunidade: associações de moradores, clube de mães, orçamento participativo, etc.

O Programa “Maria-Maira”, partindo dessa filosofia, será desencadeador do processo sócio-educativo podendo contribuir para a qualificação cidadã desses sujeitos: críticos, interventores, autônomos e solidários, cumprindo seu papel nesse novo cenário em que o solidarismo desponta como a base da inserção social.

## 6 REFERÊNCIAS

- AQUINO**, Ozias Guedes de. *Do Cooperativismo tradicional ao cooperativismo alternativo: A trajetória dos movimentos sociais rurais rumo às novas formas de integração da economia camponesa no estado do Pará*. Belém: PLADES/NAEA/UFGPA, 1998. Dissertação de Mestrado.
- BORDENAVE**. *A participação*. Editora Brasiliense, São Paulo, 84 páginas.
- DAVIS**, J. H.; **GOLDBERG**, R. A. *A concept of agribusiness*. Boston: Division of Research. Graduate School of Business, Administration. Harvard University, 1957. 136 p.
- DEMO**, Pedro. *Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Autores Associados, Campinas, 2001.
- GADOTTI**, M. *Educação comunitária e Economia popular*. Cortez Editora, São Paulo,
- GARCIA**, R. C. *Enfrentando Problemas Locais. Comunidade Solidária: Curso de Capacitação*. v.2, Brasília, 1998, p. 81-101.
- GUTIÉRREZ**, F. *Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. Educação comunitária e Economia popular*. Cortez Editora, São Paulo, 1993, p. 23-33 .
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. *Anuário Estatístico*. 2002.
- LACKI**, P. *Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor*. Banco do Nordeste do Brasil/FAO- escritório regional, Fortaleza, 1996, 160 páginas.
- LAVILLE**, Jean-Louis (dir.) *L'économie solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. 1993, 120 páginas.
- MEIRA**, Roseane Maria B. *Um estudo comparativo de resultados alcançados por programas na área de saúde*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Farmacêuticas da UFPB. Janeiro/2002.
- RAZETO**. L. *O papel central do Trabalho e a Economia da Solidariedade*. Rev. Proposta, n.75, Novembro-Dezembro/1978.
- SANTOS**, H. S. et al. *Utilização do Diagnóstico Participativo em Organização Social dos Artesãos do Distrito de Caraiibeiras/Tacarátú-PE*. IV Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão, São Carlos, 29-31. Agosto/2001.